



Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES

Painel 4. Responsabilidade pelos Danos na Zona Costeira

Tema: Desafios da regularização de áreas situadas em destinos turísticos na Zona Costeira

Palestrante: André Nunes, Coordenador-Geral de Gestão de Territórios Costeiros e Marginais na Secretária do Patrimônio da União (SPU/MGI)

28 de maio de 2025

Combinados

- Serão apresentados quatro casos reais de enfrentamento a ocupações irregulares na costa.
- São pontuais, porém representativos das situações vivenciadas na SPU.
- Não há preocupação com questões/termos jurídicos, datas ou responsáveis.



Caso do Jacaré – Cabedelo/PB

- Quatro bares construídos na foz do Rio Paraíba
- Resistiram até demolição por determinação judicial



Caso do Jacaré – Cabedelo/PB

- Ponto turístico muito mais valorizado de democrático



Caso da orla de Salvador/BA

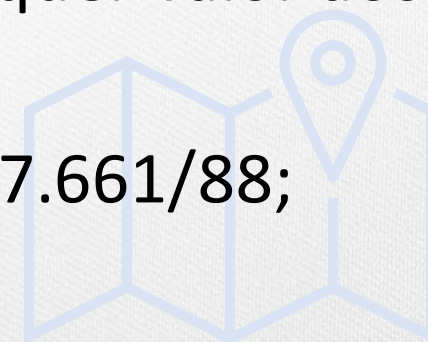
- Todas as barracas de praia de Salvador (e algumas em Lauro de Freitas) foram demolidas por determinação judicial (+570).
- Todos os projetos da PMS deveriam ser aprovados por uma comissão de notáveis nomeada pelo Juiz.
- Destinações e autorizações de obras pela SPU somente após manifestação judicial aprovando, caso a caso.
- Última manifestação do Juízo é para que a SPU se abstenha de fazer cessões onerosas dos espaços das barracas para a PMS.
- Projeto Orla realizado em 2023/24 e município impedido de aderir ao TAGP.

Caso da orla de Salvador/BA

"Autorizar O MUNICÍPIO DO SALVADOR a implementar a construção e instalação dos quiosques na orla marítima desta Capital, deflagrando os procedimentos administrativos necessários. Destarte, **o MUNICÍPIO DO SALVADOR e a SPU devem obedecer as regras judiciais já determinadas por este MM. Juízo Federal que garantem a gratuidade da cessão de uso de toda a orla marítima continental e insular desta Capital. Qualquer exigência de pagamento, ainda que indireto, pela cessão de uso da orla marítima, advinda da SPU, a exemplo do que se depreende do OFICIO SEI nº 122571/2024/MGI, de 23 de setembro de 2024 (id • 2152343702), **contraria o comando judicial antecedente referido no subitem 3.2; consequentemente, não deverá ser acatada pelo MUNICÍPIO DO SALVADOR, sob pena de sanções pecuniárias já estabelecidas e responsabilização dos agentes públicos envolvidos, independentemente dos cargos que exerçam ou que venham a exercer.**"**

Caso da Praia do Futuro – Fortaleza/CE

- 153 barracas de praia são objeto de demanda judicial;
- 153 sem licenciamento ambiental e quase todos impedindo o acesso da população à praia e ao mar (Lei 7.661/88, art. 10);
- 110 cadastrados na SPU, com várias inadimplências;
- 98 excederam as dimensões previstas pelo RIP e nunca recolheram qualquer valor aos cofres públicos pela área excedente (até 14.000 m²);
- 43 deles sem registro na SPU e sem recolhimento de qualquer valor aos cofres públicos (instalados há muitos anos);
- 153 desrespeitam a legislação (CFB/88; DL 2.398/87; Leis 7.661/88; 8.666/93; 9.636/98; 14.133/21; entre outras).





O Titanzinho

CAIS DO PORTO

VICENTE PINZON

Mercado dos Peixes de Fortaleza

Ponta de Mucuripe

Complexo Crocobeach

Gran Mareiro

DE LOURDES

Terça da Serra Fortaleza - Dunas

Shopping Rio Mar Fortaleza

PAPICU

CIDADE 2000

Image Landsat / Copernicus
Complexo São Mateus

COCÓ

Praia do Futuro

Chico do Caranguejo Praia

ANTONIO DIOGO

Barraca Itapariká

Praia do Caça e Pesca

Sabiaguaba Park

Assembléia de Deus - Deus é Nosso

Google Earth

Praia do Futuro 2003

Escreva uma descrição para seu mapa.

Legenda

- Barraca
- Elemento 1

64 m



Praia do Futuro 2007

Escreva uma descrição para seu mapa.

Legenda

- Barraca
- Elemento 1

98 m

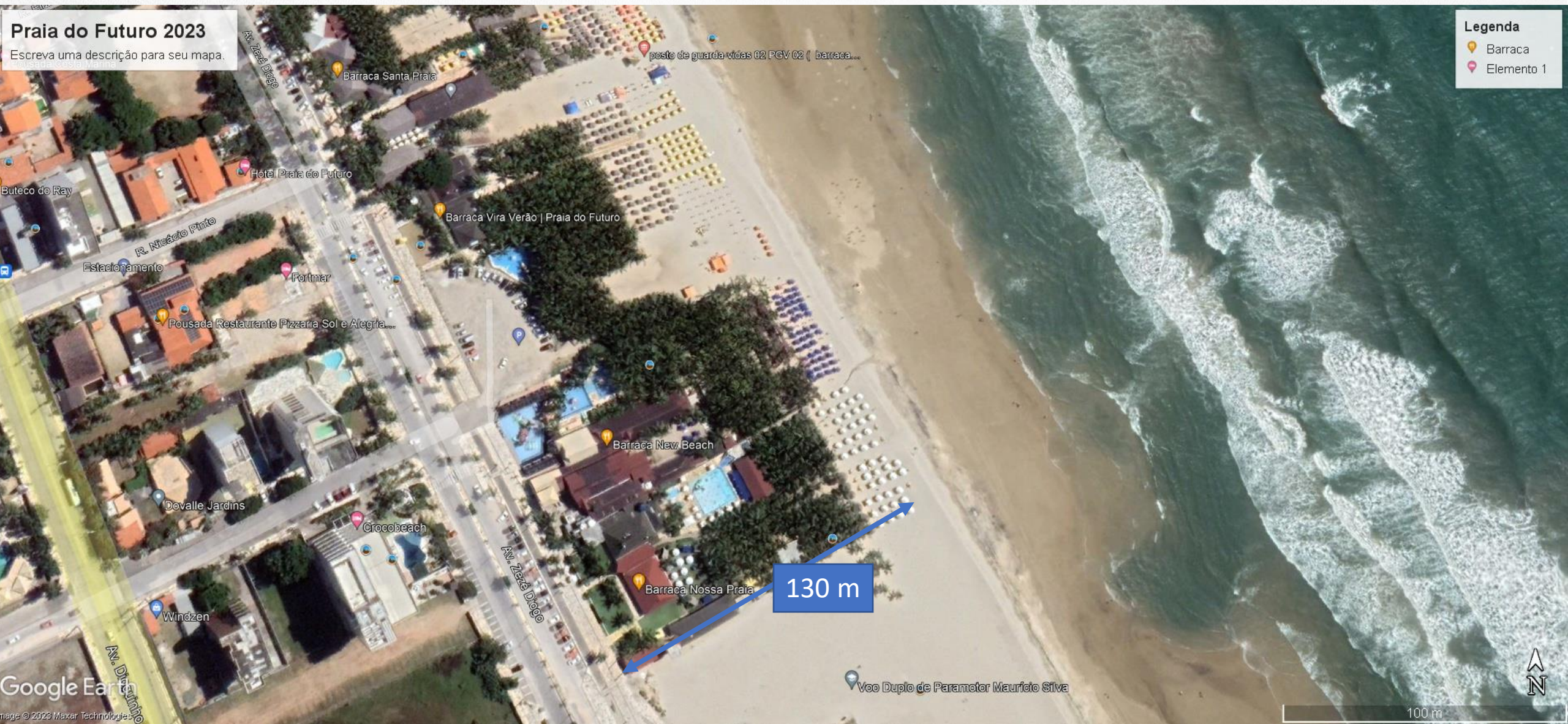


90 m

Praia do Futuro 2023
Escreva uma descrição para seu mapa.

Legenda

-  Barraca
-  Elemento 1



Decisão Judicial – 2017 (Ação de 2005)

Prazo para cumprimento: até 4 de abril de 2019

- Demolição das 43 barracas não autorizadas pela SPU (sem RIP);
- **Redução das demais barracas às dimensões dos RIPs**, à data do Agravo de Instrumento (2006);
- Remoção dos obstáculos que impedem o acesso à praia e ao mar e recomposição das áreas degradadas, às expensas dos barraqueiros;
- Nada foi cumprido – houve criação do fórum local para buscar solução alternativa.

Proposta do Fórum



Faixa com Infraestrutura existente



Faixa proposta pelo Fórum para alargamento

Últimos fatos relevantes sobre Praia do Futuro

- 2017: **Decisão Judicial** - Acórdão, publicado em 2017 (Ação de 2005);
- 2017: Criação do **Fórum de Requalificação Praia do Futuro** pelo MPF;
- 2019: o **Fórum Permanente da Praia do Futuro** aprovou uma Proposta de Termo de Referência para que seja realizado um concurso nacional de ideias para a reurbanização da área;
- 2019: apresentação da proposta para SPU/ME, não houve manifestação;
- 2024: SPU se manifesta sobre a proposta do Fórum e manifestação é rechaçada;
- 2024: A Lei nº 15.092 reconhece oficialmente tanto as barracas como a atividade desempenhada pelos barraqueiros, “em razão de sua relevância cultural, social e econômica”, mas não põe fim ao caso;
- 2025: CCAF/AGU inicia processo de negociação – Acordo Gov. Estado e MGI
- 2024/25: SPU e PMFor realizam demolições de novas ocupações irregulares

Caso de Fernando de Noronha - PE



Problema

1942 – início do litígio histórico

2002 – Contrato de CDRU entre União e Estado PE

Estado alega domínio da Ilha – art. 15 ADCT da CF88

2017 – CCAF/AGU não conseguiu solucionar

2022 – ACO 3568 - União x Estado PE



Solução

2023 – Acordo de Gestão Compartilhada, homologado pelo STF.

2023 – TAGP firmado Estado de PE e SPU.

2024 - Delimitação das áreas de interesse da União nas praias.

2025 – Entregas das áreas preservação ao MMA/ICMBio.

Os desafios no âmbito da SPU

- Garantir a preservação das comunidades tradicionais e seus meios de vida e costumes.
- Resistir às pressões políticas e do mercado.
- Ampliar o número e a capacitação de fiscais.
- Mobilizar AGUs, Procuradores Municipais e Procuradores da República na busca de soluções consensuadas na justiça.
- Evitar judicializações, buscar a conciliação assistida se viável.
- Mobilizar parceiros governamentais e privados para estruturar e financiar projetos qualificados e sustentáveis para resolver ocupações irregulares e qualificar a vida local.

A Perspectiva da SPU

- Atuar preventivamente (TAGP e fiscalizações conjuntas)
- Utilizar o Planejamento Integrado (Projeto Orla) para evitar ocupações espontâneas e corrigir ocupações irregulares
- Reforçar a atuação do Estado como parceiro em ações educacionais
- Ampliar e consolidar a política de gestão territorial compartilhada como indutora do desenvolvimento sustentável
- Inovar em alternativas para custear as desocupações



Obrigado!

gov.br/spu/praias



André Luís Pereira Nunes

cgmar-spu@gestao.gov.br

61 2020 4756

Coordenação-Geral de Gestão de Territórios Costeiros e Marginais
Diretoria de Destinação de Imóveis
Secretaria do Patrimônio da União